

ASSEMBLÉIA PREPARATÓRIA PARA FORMAÇÃO DO COMITÊ DA BACIA DO RIO QUARAÍ – BARRA DO QUARAÍ-RS - ATA da reunião local da coordenação para formação do Comitê da Bacia do Rio Quaraí, realizada dia 20/06/2007, às 9h30min no Salão do Barra Hotel, na Barra do Quaraí. Estando presentes os convocados e convidados representando entidades dos municípios de Barra do Quaraí, Quaraí, Santana do Livramento e Uruguaiana, conforme está registrado na lista de presença, foi dado início à reunião tomando a palavra o Sr. Nelson Narvaes, Coordenador da Comissão Provisória no município de Barra do Quaraí, cumprimentando os presentes, comentou que conforme consulta à jurisprudência estava-se realizando uma assembleia pública, com edital publicado no jornal Diário da Fronteira e Diário Oficial. O referido edital havia sido entregue a todas as entidades municipais. Para instruir tecnicamente a assembleia foi convidada uma pessoa altamente entendida no assunto de recursos hídricos, o eng. Roberto Basso, Presidente do Comitê do rio Ibicuí. O Coordenador solicitou ao plenário um voluntário para redação da ata. Apresentou-se Argemiro Rocha que leu o edital publicado no jornal Diário da Fronteira, de 14 de junho de 2007. O Coordenador Nelson Narvaes comentou sobre as peculiaridades de um rio ser binacional. Com legislação nos países limítrofes, era preciso constituir um comitê referente apenas às águas nacionais. Dito isto passou a palavra ao Dr. Roberto Basso, que cumprimentou a todos. Começou explicando o que é DRH (Departamento de Recursos Hídricos) e o porque da criação de um comitê, uma reunião que mobiliza a população, as entidades para criar uma consciência da importância dos recursos hídricos e atender a legislação que prevê a criação dos comitês e a questão fundamental de porque estamos nos organizando para usar as águas do Rio Quaraí. Existe muita desinformação sobre a questão da água e exploração confusa por parte da mídia sobre a questão do meio ambiente. Existe um ciclo, a água corre no rio e evapora, etc. Temos que fazer o uso racional da água. Há regiões onde o uso é crítico. Temos que evitar o conceito errado, aprender sobre o abastecimento de uso das águas e que não vivemos sem ela. Precisamos aprender sobre esse recurso para usa-lo da melhor forma possível. No Rio dos Sinos e no Rio Gravataí, onde se concentra uma massa de população, existem inúmeros problemas insolúveis atualmente devido à poluição dos mesmos. Para não chegarmos naquele ponto é preciso de educação ambiental, tanto para os produtores quanto para a população que usam com o sentido de reduzir a poluição das águas. Outro ponto é que as bacias do Estado não têm saneamento, todas tem problemas que vão gerar maiores problemas futuros. O momento é de chamar a atenção, promover a organização, formar os comitês. O Estado do Rio Grande do Sul entendeu por bem que a criação dos comitês era a solução do momento. O primeiro alerta sobre a questão das águas deu-se em 1984. Em 1988 houve a Constituição onde a água foi considerada bem público. Toda água pertence ao Estado. Em 1994, a lei 10350 regulamenta toda a estrutura dos recursos hídricos e em 1997 a lei federal institui a política nacional de recursos hídricos. A ANA (Agência Nacional das Águas) faz a regulamentação das águas de todo o país e os rios transfronteiriços são controlados pelos órgãos diplomáticos dos países limítrofes. Em 2006, o Brasil foi dividido em 12 regiões, cabendo a nós pertencer à região hidrográfica do Rio Uruguai. No conceito da constituição, o produtor que tiver barragem, precisa também de outorga da ANA para utilizar a água. Explicou em seguida como os órgãos relacionados aos recursos hídricos estão organizados e hierarquizados: A FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental), além de exercer a fiscalização juntamente com a Secretaria do Meio Ambiente, cabe – após ter a outorga – liberar as LO (Licença Operacional) para toda instalação ou obra que cause impacto ambiental. A sociedade precisa estar opinando. Fica ao cargo do comitê aprovar critérios de cobrança sobre o uso da água, mas quem dá a palavra final é o Conselho. O comitê define, o Conselho, a Secretaria de Meio Ambiente aprova. Ficou definido a existência de dois comitês por região hidrográfica e a criação de um comitê transfronteiriço. Tudo o que desejamos fazer na Bacia do Rio Quaraí, vamos discutir e levar ao conhecimento do Conselho. Qual o principal objetivo dos comitês de Bacia? Ser um parlamento, um espaço de discussão, sem obrigação técnica, buscando ver a necessidade de cada entidade constitutiva da região. A principal finalidade é compatibilizar as necessidades. Propor o enquadramento de acordo com os usos adequados, porque o nosso uso da Bacia do Rio Quaraí é diferente do uso em outras regiões e cada região tem suas características. Cada comitê aprova uma classe de uso e o que o comitê aprovar será cobrado. A constituição dos comitês ficou estabelecida em que 40% será representada por usuários, 40% representada pela Sociedade e 20% pela União. O comitê mobiliza a sociedade para participar.

Todos têm assentos, mas só votam os representantes oficiais. A comunidade decide sobre os usos da bacia hidrográfica, de acordo com os seus objetivos. Será importante o que o comitê definir como importante sobre a questão. Nossa região tem classe especial, classe 2. Vamos fazer um plano de bacia hidrográfica para alcançar um objetivo não só de quantidade mas de qualidade. O comitê observa o que precisa fazer a obra. A lei prevê um agência para cada região hidrográfica com a finalidade de assessorar os comitês. Essa agência tem função arrecadatória. A outorga é uma licença de concessão de uso para as águas, tanto para retirar quanto para lançar águas na bacia. Em função disso, quem vai pagar e quanto vai pagar, é estabelecido pelo comitê. As agências fazem um sistema de aferição sobre a qualidade das águas dos rios. Estamos lutando há tempos porque os comitês não querem as agências. Não querem porque ao criar uma agência, o dinheiro arrecadado vai para a Nação e não retorna para a comunidade. Porque cobrar? Temos o recurso hídrico mas é necessário educar o seu uso e esse bem está sendo feito em favor do país e se cobra porque é um bem escasso. Nós não consumimos a água, nós a usamos. Grandes centros urbanos que não conhecem a nossa realidade, querem dizer o que devemos fazer, como fazer e o valor a cobrar. Não podemos permitir que isso aconteça, pois seria aplicar de forma equivocada os recursos que possuímos. Somos o que somos, dentro de nossa realidade. Quem determina o valor é o comitê e manda para o DRH. Quem administra os recursos são as agências. Alguns desejam que o fundo dos recursos hídricos façam. Somos contra. Porque isso entra num caixa único e os benefícios não voltam para a nossa região. A FEPAM arrecada milhões que nunca irão retornar às localidades. Precisamos ter um cuidado especial questão das agências das bacias hidrográficas. Nós estamos conseguindo fazer muito com um mínimo de recursos e valores. E o que estamos fazendo desejamos aplicar cada recurso na própria bacia. Até 8 % dos valores arrecadados podem ser aplicados para custeio do comitê. Um comitê bem organizado pode estabelecer importantes parcerias com as universidades. Descrição sobre o comitê do Rio Ibicuí. A primeira reunião foi em 1998 e houve uma grande mobilização social para constituir o comitê, mesmo sem a região apresentar graves conflitos ambientais. Cita como exemplo o projeto Brasil das Águas, onde uma equipe sobrevoou os rios brasileiros coletando amostra das águas. Fizeram um levantamento e escolheram 7 rios para fazer o levantamento completo. Mostra de imagem de satélite, onde pontos em azul são barragens e caracteriza sua importância. O slide mostra as entidades representantes do comitê do Rio Ibicuí, a constituição dos membros titulares e suplentes. É importante que todos participem para que haja multiplicação das informações. Outro slide refere-se a categorias do que chama Grupo I: abastecimento público, indústrias, esgotos sanitários, resíduos sólidos e drenagem urbana, produção rural, turismo e lazer, transportes hidroviários e pesca. Importante fazer corpo a corpo para que todas as entidades dos municípios em questão se façam presentes. Grupo II: legislativo municipal, organizações ambientais, associações comunitárias, instituições de ensino e associações profissionais. Unidade de planejamento e gestão é a bacia hidrográfica. Grupo III: secretarias estaduais e Batalhão de Polícia Ambiental. Grupo IV: DRH, FEPAM. Esse comitê foi criado por iniciativa do setor agropecuário que conseguiu mobilizar a sociedade e promover o desenvolvimento de atores sociais sobre o tema. Em certas regiões notamos o quanto é crítica a situação dos rios. O esgoto não tratado de todos os municípios ali são depositados. O sistema chegou ao caos. No Rio Gravataí vemos pneus boiando, até carros foram jogados lá. Isso aconteceu porque não se chegou a interagir com as diversas populações. É o sinal de que um trabalho não foi feito. Há muitos anos devia ter sido feito e não foi por que faltou organização. O Comitê do Rio Ibicuí tem essa missão de fazer a conscientização, de desenvolver uma política em que as pessoas sintam a sua responsabilidade social para evitar esses problemas futuramente. E deixar para as gerações de amanhã recursos hídricos melhores. Chegamos a fazer uma expedição ambiental pelo Rio Ibicuí, esclarecendo as populações e divulgando material. Essa é uma tarefa do Comitê: aproximar a comunidade e os usuários de sua realidade que muitas vezes desconhecem, pois cada recanto do Rio Grande do Sul tem uma realidade diferente. Com essa Expedição Ambiental fizemos um vídeo para documentário. A agência Ana criou um prêmio, o Comitê do Rio Ibicuí se inscreve e ganhou pelo trabalho de documentação na expedição ambiental. Portanto, com poucos recursos pode-se fazer muitas coisas de qualidade sem até ter o apoio de uma equipe técnica específica. Um desafio é manter o Comitê motivado, comprometido e com representatividade. Todo comitê faz parte do Estado, não tem CNPJ e foi estipulado que com R\$ 50.000,00 ao ano, se mantém um comitê. Esse dinheiro é difícil chegar. Mas a

sociedade organizada deve passar por cima de tudo isso e mostrar que pode resolver esse e outros problemas, encontrando formas alternativas de manutenção do comitê. Ações na comunidade para a melhoria do saneamento básico: ficou aprovado, a nível nacional, a questão do saneamento. Talvez o país dê um salto nessa questão. Temos um abastecimento de água. Mas 95% dos casos não possuem saneamento. É necessário promover programas de educação ambiental com parcerias. Existe um projeto junto à Universidade de Santa Maria para educar a população de 30 cidades do Estado referente a questões ambientais. As linhas gerais de um balanço hídrico na região referente à criação e importância dos comitês ficou aqui apresentada. Agradeceu aos presentes e destacou o Professor Geraldo e a Sra. Jussara que colaboraram com conhecimento e material para a elaboração da palestra. Nelson Narvaes agradece a presença do público, elogia o palestrante pela argumentação exposta que auxilia tanto na informação quanto na formação das pessoas que pretendem colaborar para a constituição dos comitês. É necessário o envolvimento de todos para criar o comitê, mesmo sem recursos, sob pena de termos a sofrer, daqui a uns 50 anos, o problema irremediável de não ter água para beber. Comentou que ao abrir os trabalhos não destacou a presença da comitiva da cidade de Quaraí, do Coordenador Ivo Wagner; saudou a comitiva de Uruguaiana que reforçava esta Assembléia; destacou a presença importante de Julio Tarino, do Movimento Ecológico de Bella Union, dizendo que existe nesta Tríplice Fronteira (Brasil, Uruguai e Argentina) uma união de 7 organizações não-governamentais que lutam pela defesa do patrimônio histórico; nomeou a Ong Atelier Saladero que criou na Barra do Quaraí o Movimento Transfronteiriço de ONGs, citando cada uma delas: Ong Atelier Saladero, Ong Sepé Tiaraju, Asociación Ecologista Rio Mocoreta, Instituto Patulus, Comissão Binacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Passo de Los Libres/Uruguaiana, Movimento Ecológico de Bella Unión, Asociación dos Amigos del Rio Uruguay. Nelson Narvaes agradece a presença dos vereadores, das diretoras das escolas que exercitam a atividade da educação ambiental diariamente com seus alunos, a presença da Associação dos Pescadores, do Secretário da Agricultura; do Presidente da Cooperativa de Uruguaiana, que está engajado nessa luta. Propôs à plenária o nome do Eng. Agrônomo Jorge Bergalo para Coordenador no município de Uruguaiana, o que foi aceito por unanimidade. Nelson Narvaes lembra que na reunião de Quaraí foi levantado a hipótese de um comitê para a bacia do Rio Quaraí e Rio Uruguay. Ele reitera sua afirmação de constituir o Comitê da Bacia do Rio Quaraí. Passa a palavra a Ivo Wagner que se apresenta como agrônomo e representante do Sindicato Rural de Quaraí. Junto com Nelson Narvaes, coordena o Comitê da Bacia do Rio Quaraí e coordena o comitê local, frente ao Ministério das Relações Exteriores, no tocante a Uruguai e Brasil. Lamenta que, nessa questão, o Brasil não escuta alguns questionamentos. É necessário destacar que se está formando um comitê sobre as águas estaduais, pois é impossível gerenciar a calha sem ver o que está no entorno. Está na hora da bacia do Rio Quaraí. É preciso ter a sociedade da região mobilizada e manifestou satisfação ao notar uma assembléia repleta de participantes. Isso corrobora a intenção de começar com um comitê da Bacia do Rio Quaraí. Sabe-se que esta é uma bacia é internacional e o Globo Ecologia mostrou como exemplo de integração nossa bacia transfronteiriça. Este é o momento consolidar uma opinião referente ao recurso hídrico local. Há um estudo da URGS sobre a bacia do rio Quaraí de como legislar e administrar nosso recurso hídrico. O comitê já nasce com um plano de bacia pronto. Num processo que corre há 10 anos, existe uma conversa sobre educação ambiental entre Brasil e Uruguai, com desenvolvimento sustentável, pois a bacia do Quaraí tem 40% pertencente ao Brasil e 60% pertencente ao Uruguai. Ivo Wagner deixa à decisão do plenário se a bacia deve ou não ser expandida. Faz parte do processo de construção um comitê já nascer com boas perspectivas, com ações fortes de educação ambiental, com um comitê transfronteiriço que é exemplo para o Estado. Comenta que mandou e-mails pedindo que as informações apresentadas na reunião de Quaraí fossem multiplicadas. Nelson Narvaes pergunta ao plenário se alguém quer fazer uso da palavra. Luciano Fortes pergunta como está a situação do cadastro junto à ANA para quem puxa a água do Rio Quaraí e o quê a represa de Salto Grande influência. Ivo Wagner responde que foi encaminhada uma carta do IPH (DRH) dizendo que o valor que a ANA tinha estipulado sobre a vazão potencial estava errado. O trecho de Quaraí a Livramento estava subdimensionado. Foi enviada uma prévia através do Comitê de Quaraí, contestando a posição do Ministério Relações Exteriores que repassou à ANA um número sem base na realidade da área. É interesse da ANA que as entidades se consolidem em um comitê

para se poder discutir junto e nesta questão, chegar a um acordo com o uruguaio. Sobre Salto Grande deixou para Nelson Narvaes. Este começou por citar a presença da Secretaria Executiva Rachel Barcellos, e a Sub-Secretaria, Sra. Elizabete Abella. Após comentou que a represa de Salto Grande era objeto de várias campanhas do Movimento Transfronteiriço de ONGs que alertavam sobre a situação dos rios e dos peixes, principalmente a mortandade de Dourados, observada na região. Este peixe não consegue passar a imensa escadaria da represa. O Movimento Transfronteiriço de ONGs organizou uma ação de auxiliar manualmente a passagem do dourado, pescando-os e soltando-os longe da represa. A construção da barragem de Salto Grande influenciou no nível do rio Quaraí. Com as comportas fechadas, o rio aumenta a sua cota; represa o rio Quaraí, em épocas normais, até às imediações do Pai Passo. O produtor irrigante que está a jusante do Pai Passo ele puxa da represa. Estando em crescente, represa até o Passo da Cruz. Os produtores que plantam nessa área tem esse conhecimento mas é preciso esclarecer a parte burocrática da ANA. Luciano Fortes pergunta o que fazer para acelerar a obtenção da licença da FEPAM. Nelson Narvaes responde que ficou decidido que sobre a bacia do Rio Quaraí a licença de operação é independente da outorga da ANA. Foi desvinculada. Este ano a FEPAM fornece a licença. Jose Ovídio da Costa esclarece que a ANA e o DRH iam conversar com a FEPAM para dispensar a outorga no rio Quaraí, desde que se tenha o cadastro nacional de irrigante. Pede que todos façam o cadastro que está na página da ANA. Rachel Barcellos reforça que o Ivo Mello sugeriu na reunião de Quaraí que todo usuário já fosse fazendo o cadastro, porque na eventualidade da FEPAM liberar, o produtor estar cadastrado. Nelson Narvaes pergunta sobre a data da próxima reunião que deve ser em Uruguaiana. Acrescenta que deve ser feita uma em Livramento. Jorge Bergalo comenta que na próxima semana a reunião não poderia acontecer em Uruguaiana, em razão do Congresso do Plantio Direto, dificultando uma boa mobilização local. Propõe a quinta-feira subsequente, dia 5 de julho, possivelmente na Associação Rural. A Sra. Dolores Fort pede a palavra para um questionamento. Diz que é moradora da Barra do Quaraí, arquiteta e comenta que as nossas reservas hídricas, quanto à preservação da qualidade da água se dá através de um sistema de coleta cloacal. Temos o Rio Quaraí com um subsolo rico em água, é preciso fazer um tratamento para não cair na mesma poluição que acontece em outros rios. É preciso fazer uma gestão organizada para preservar nossos recursos. Há lugares que estão reciclando o esgoto para matar a sede. Roberto Basso diz que a questão supõe três etapas. Primeiro, organização do comitê. Segundo, enquadramento onde esses assuntos são tratados. Nesta área da bacia temos ainda uma pequena densidade populacional. Há vinte anos não tínhamos o conhecimento atual para tomar ou prever qualquer atitude. Terceiro, no Oriente Médio, não há água, mas há petróleo. Se alguém quer água e quer que a gente cuide a água para eles beberem, que paguem. A gente cuida, mas isso tem valor equiparável. Muita gente em Porto Alegre fica fazendo legislação sobre o nosso ambiente aqui. A mídia fica fazendo terrorismo de que é um bem escasso, finito, vai terminar, etc, impondo regulamentação para nós cuidarmos o recurso hídrico, etc, isso é matéria para vender jornal. Mas quem tem o privilégio dessa riqueza somos nós. O nordeste tem petróleo e não tem a água que temos. Dos mais velhos aos mais jovens, nós estamos tendo a consciência de que é preciso proteger nossos recursos. A verdade é que com pobreza e miséria não se cuida o meio ambiente. Nos temos uma vantagem: usamos a água, não a consumimos. E fazem um terrorismo pelo petróleo. Jose Ovídio da Costa diz que a água não seria um bem finito, pela questão da qualidade, pois passa de um estado para o outro, líquido, gasoso, etc. Roberto Basso responde que a água continua a mesma, em todos os estados. Temos uma região com muita água e pouca população. Não é por isso que vamos descuidar, pelo fato de possuir poucas agressões ao meio ambiente comparada à outras regiões. Diz que a platéia merece os parabéns, estão mobilizados e deseja que a conscientização continue, dia a dia, como uma escala, subindo sempre. Ivo Wagner ressalta que todos os agentes envolvidos comecem a cobrar o cuidado com o recurso hídrico. O município de Quaraí tem estação de tratamento de esgoto, mas apenas 13% da população está nessa rede. O resto vai para o rio. O comitê do rio Quaraí não deve esquecer que 60 % da bacia está no lado uruguaio e que a proporção de esgoto coletado no Brasil não é muito diferente do que ocorre no lado uruguaio. Pode acontecer de estarmos fazendo muito bem a nossa tarefa de casa, mas o vizinho não. Ele precisa também fazer. Exemplificou com um gerador de Artigas que vazou contaminando o rio. O comitê brasileiro fez um posicionamento e o Uruguaio fechou o gerador. Um comitê é representativo quando se posiciona e

mobiliza. Do plenário vem a sugestão para que seja democratizada mais rapidamente essas informações através da internet. De forma que todos deveriam repassar os seus e-mails a fim de estabelecer maior contato através da rede. Ivo Wagner comenta que foi feito um levantamento das barragens para ver o consumo hidrológico da bacia. Pede aos presentes que procurem validar o modelo para saber se o número das barragens que abastassem certas áreas está correto. Daí se sabe calcular com precisão a vazão do rio e se sabe, com esse modelo hidrológico, quanto se pode retirar de água. Janete Barnens, da Associação de Pescadores, pediu a palavra para agradecer a presença de todos. Comentou que a Associação está pedindo reforma no estatuto que tem legislação de mar e não de rio. Comenta que para isso houve pouca participação da sociedade barrensense. E agora vê que todas as entidades estão colaborando com o comitê da bacia do Rio Quaraí. E que os assuntos debatidos nesta assembléia tinham sido debatidos pela Associação. Dessa forma pede que os presentes colaborem com a comunidade de pescadores. Nelson Narvaes diz que existe em andamento um projeto dos produtores para repor alevinos e que Janete irá fazer parte do comitê para colocar suas preocupações. Nelson Narvaes afirma que a ANA não autoriza a outorga para mil hectares de produtores que utilizam somente a água do Rio Quaraí. Ivo Wagner diz que a ANA tem um problema nas mãos, pois foi feito um tratado que gerou um número que para determinados trechos está certo e para outros não. A ANA só conhece a calha, ela desconhece todos os rios que contribuem nessa bacia. A ANA precisa que alguém diga que aquele número está errado. É o que estamos fazendo. Nem o IPH tem a certeza de declarar algum número para o remanso de tal parte do rio porque é uma variável. A ANA não sabe e quem tem que saber somos nós para defender nosso recurso. Nelson Narvaes conclui que é fundamental, para participar do comitê, que seja um representante de entidade, devidamente credenciada e um suplente. Isso determina a alta representatividade que compõem um Comitê de Bacia como hoje participa desta Assembléia. Agradeceu a presença de todos lembrando que se encontram em Uruguaiana, dia 5 de julho, na Associação Rural. Ficando confirmada a próxima reunião em Uruguaiana, e nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, bem como a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim que a lavrei e pelos Coordenadores.